



Varadouros Acreanos para a
Inclusão Sócio-Produtiva,
com Redução do Desmatamento
e da Degradação Florestal

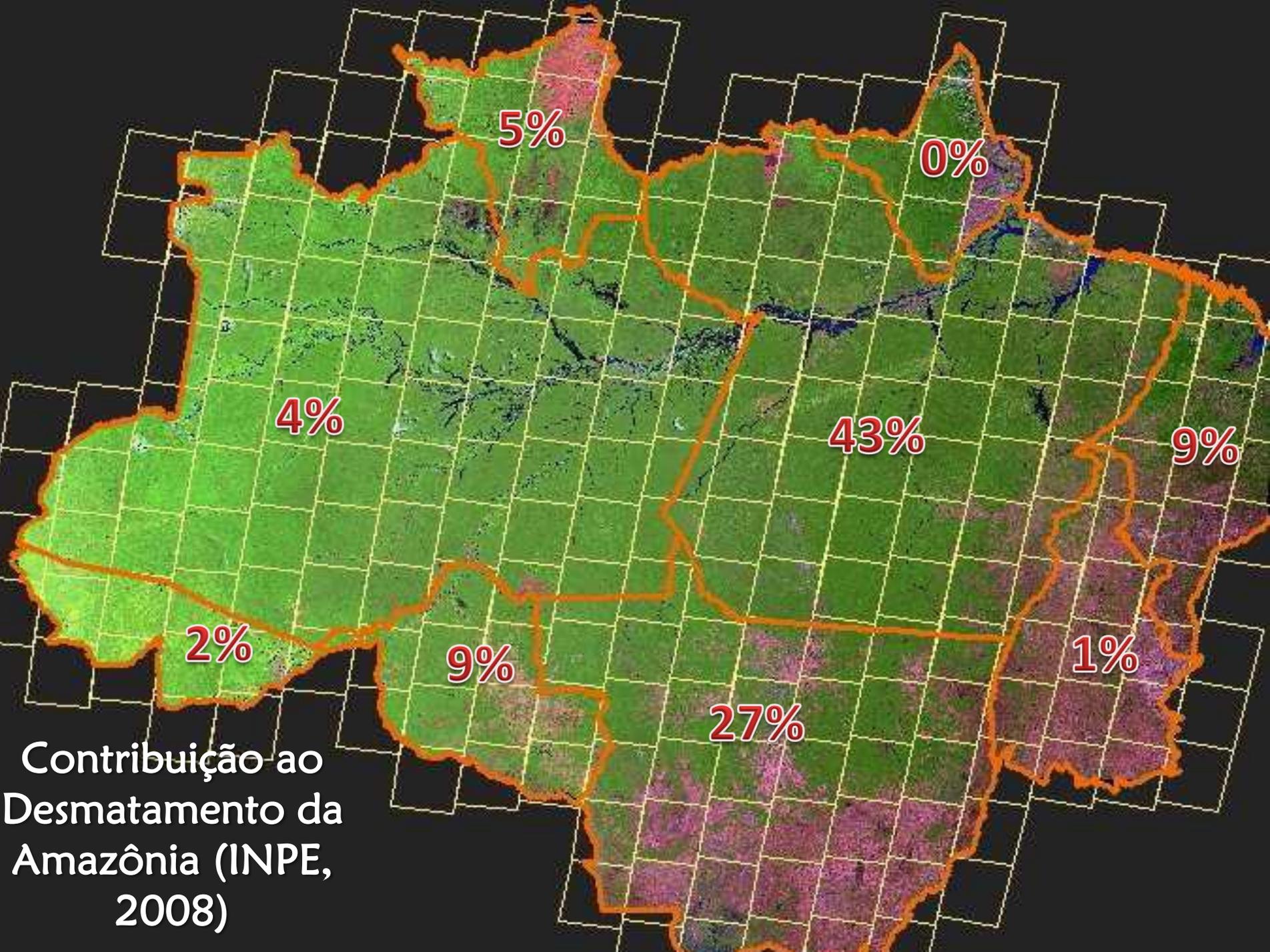
Apresentação

- Qual é o Plano REDD para o estado do Acre?
- Quem pode participar no Plano REDD do estado do Acre?
- Como será esta participação?

REDD

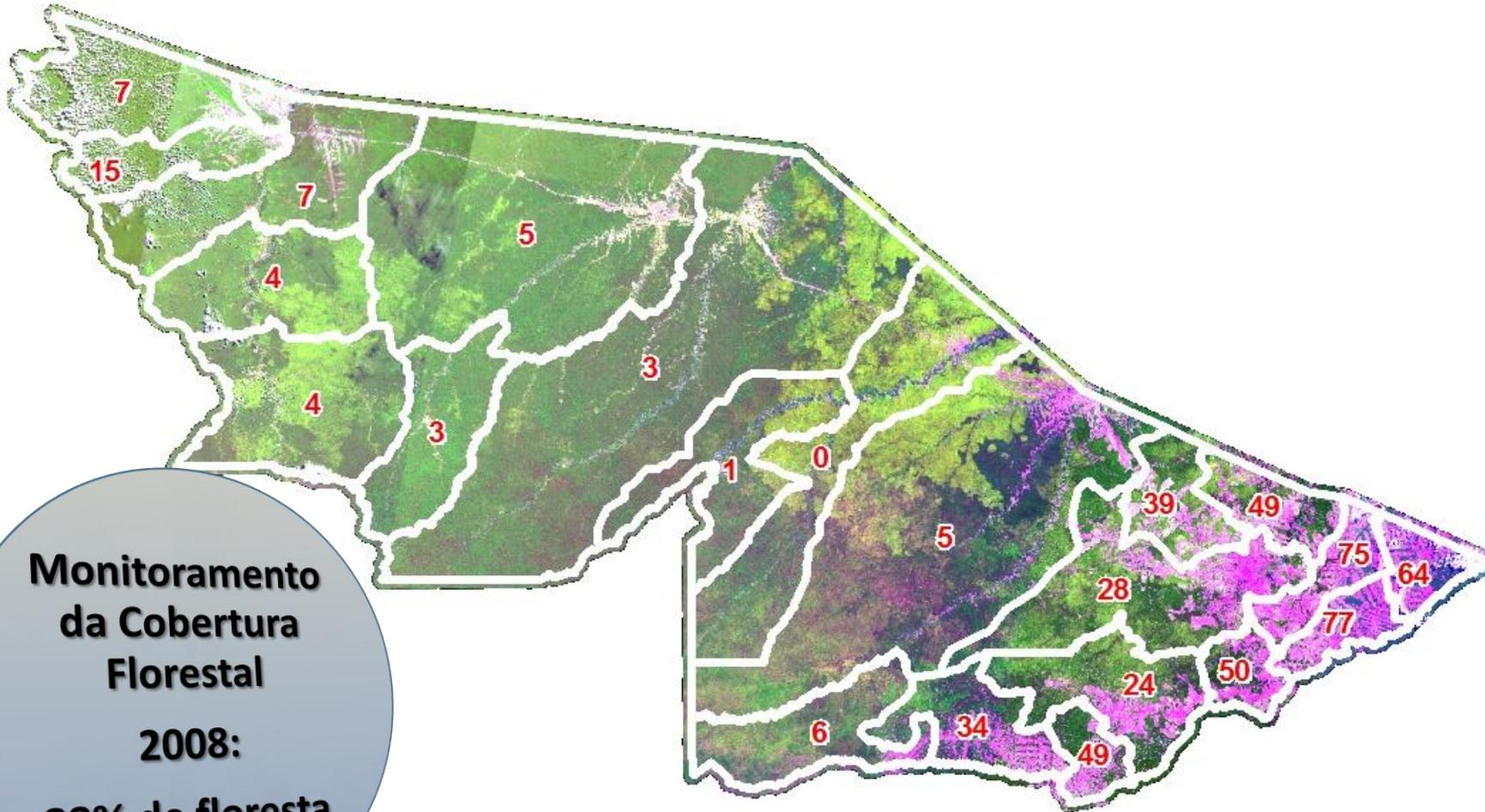
- Redução de
- Emissões por
- Desmatamento e
- Degradação

Florestas
ameaçadas



Contribuição ao
Desmatamento da
Amazônia (INPE,
2008)

Desmatamento por município (%) 2008 – IMAC/IMAZON/FUNTAC

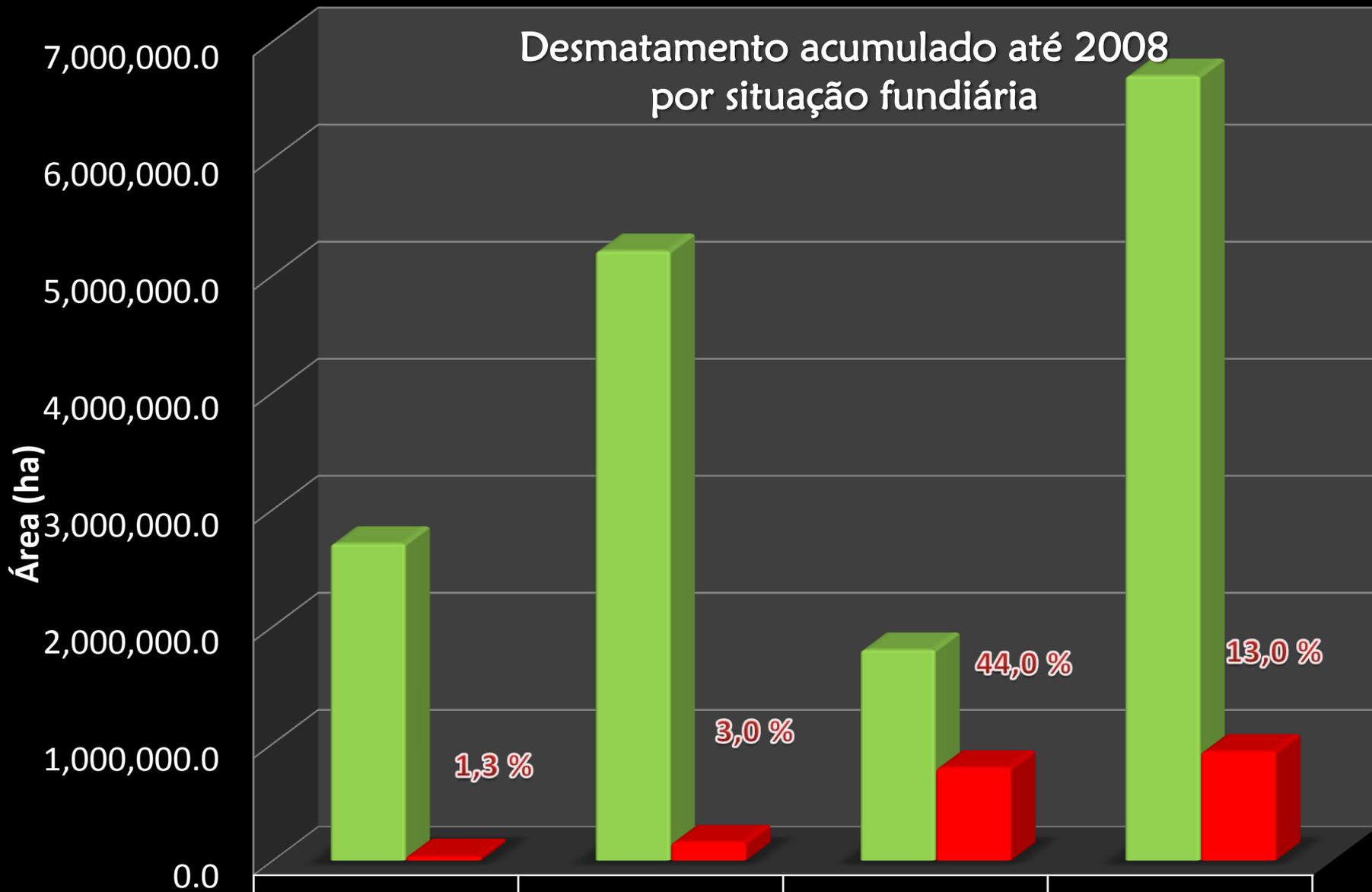


**Monitoramento
da Cobertura
Florestal**

2008:

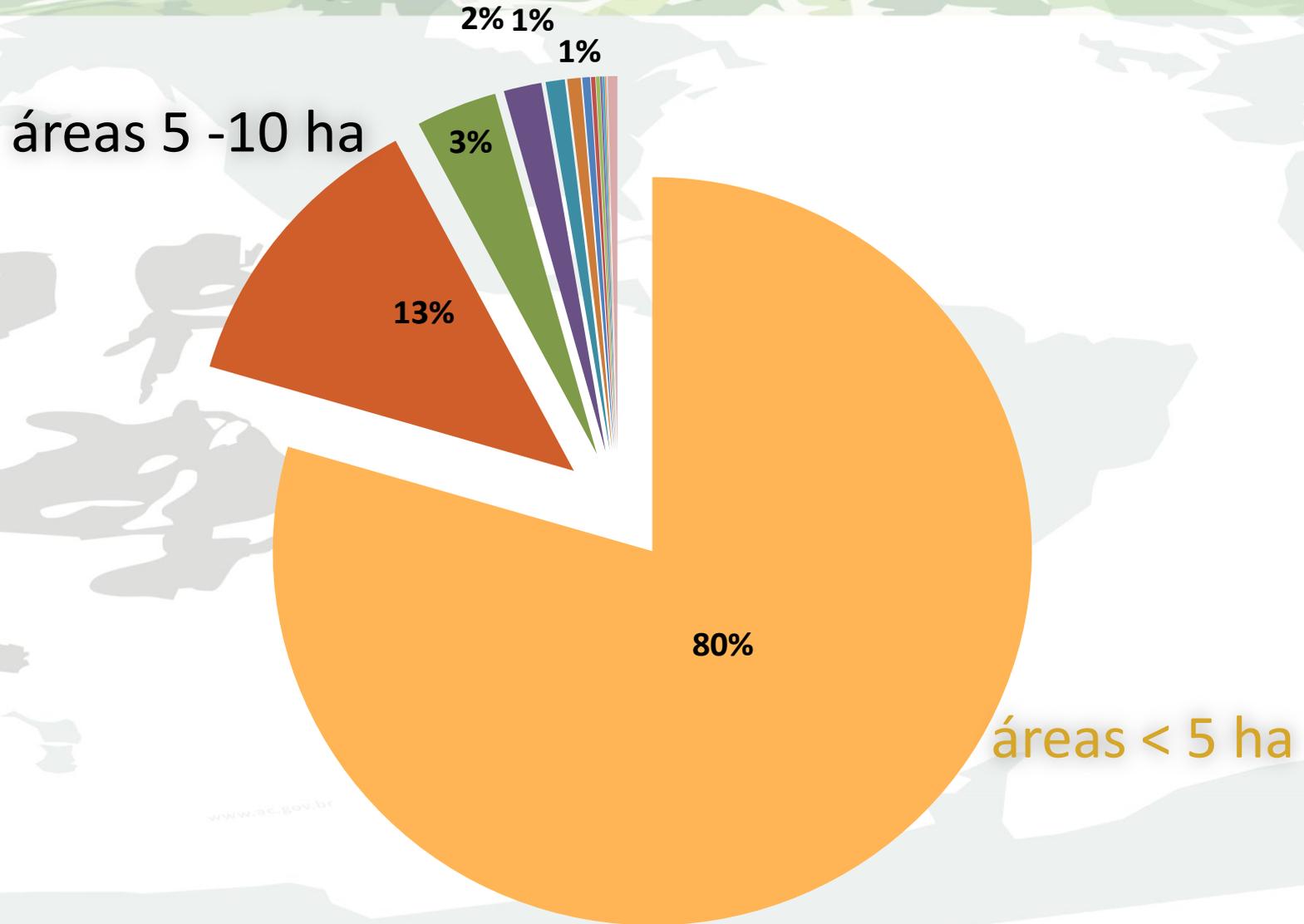
88% de floresta

Desmatamento acumulado até 2008 por situação fundiária

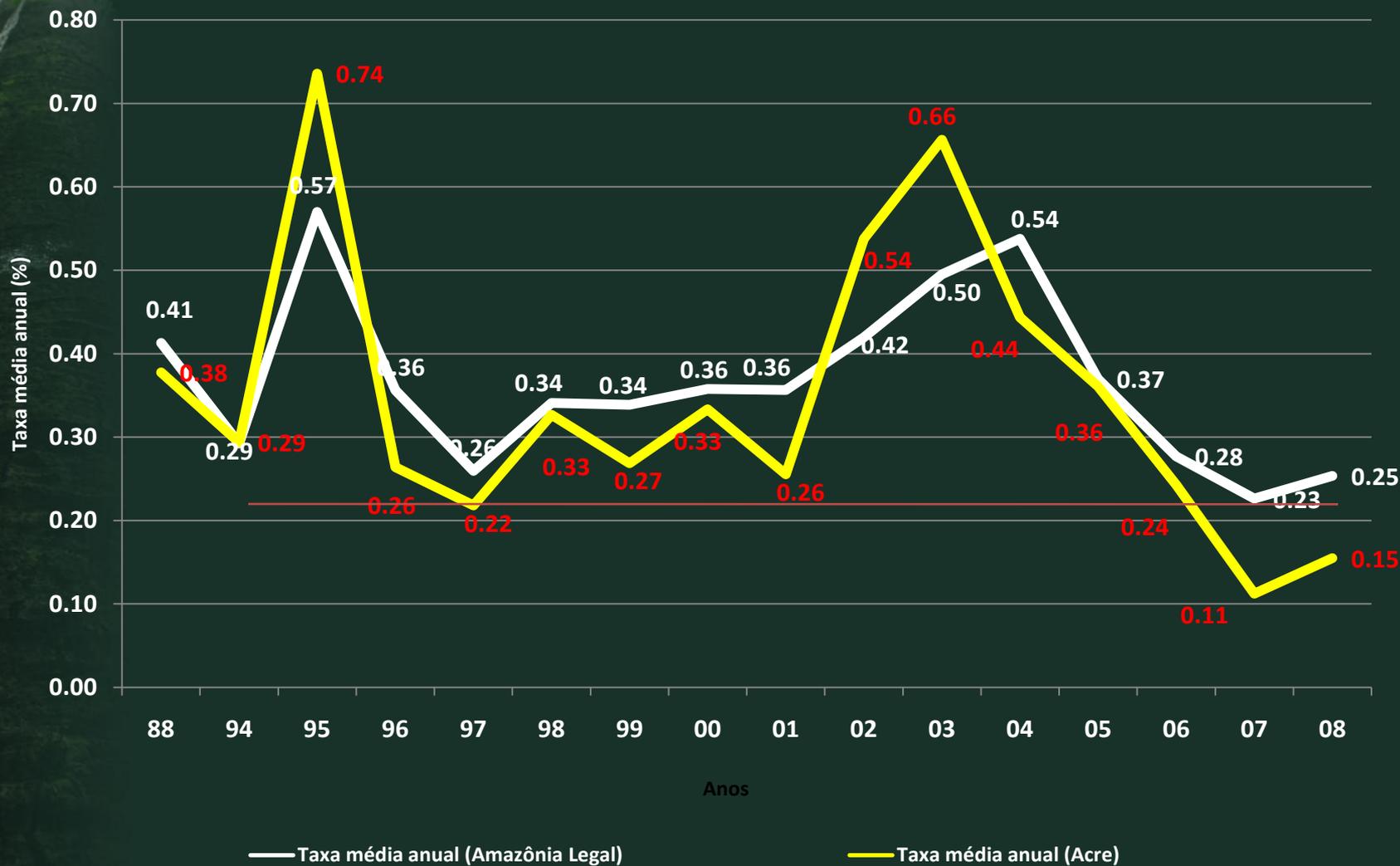


■ Área Total	2,708,058.2	5,208,710.5	1,800,965.1	6,704,402.3
■ Desmatamento	35,887.5	156,706.3	792,852.4	931,958.1

Porcentagem de polígonos de desmatamento por tamanho (2007)

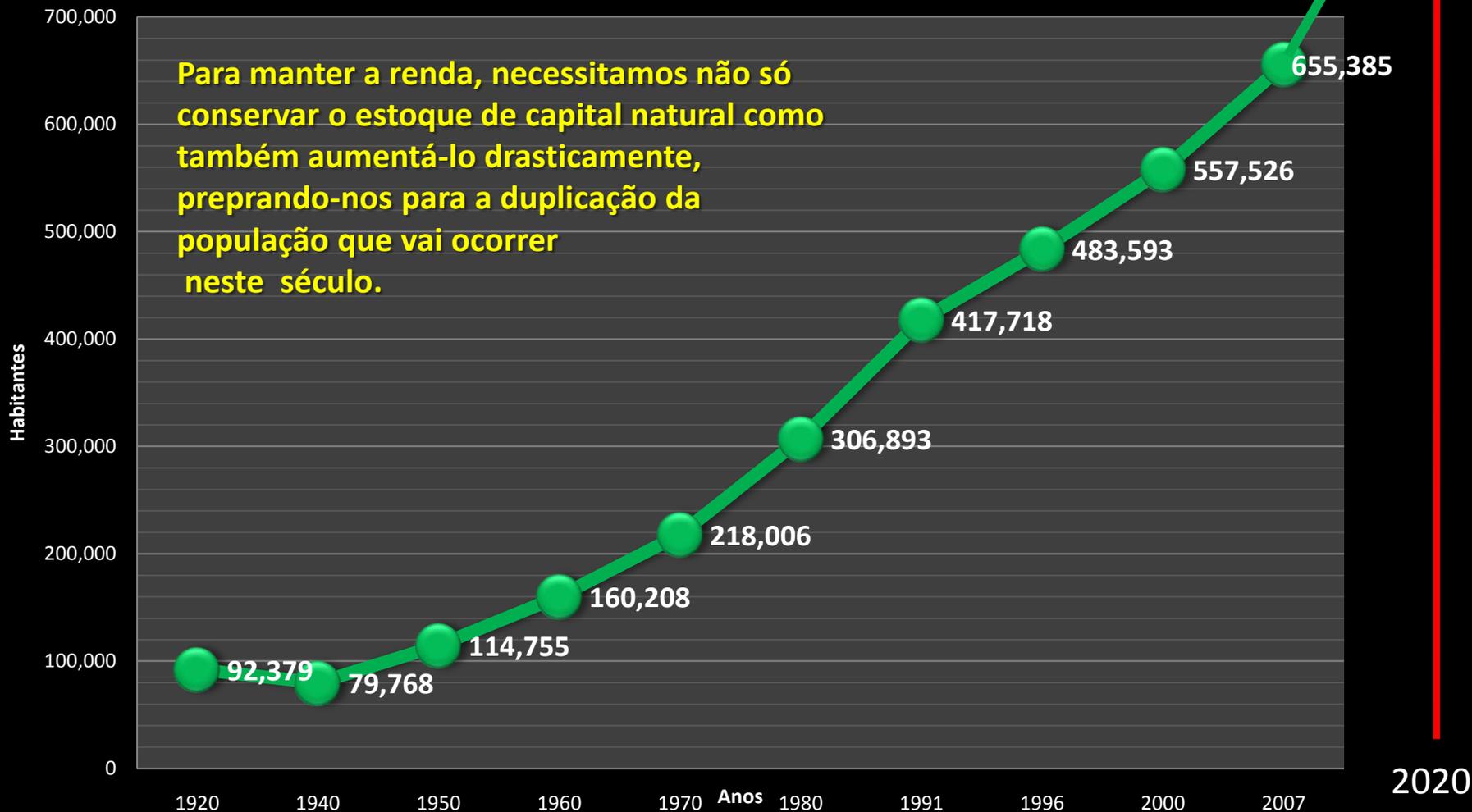


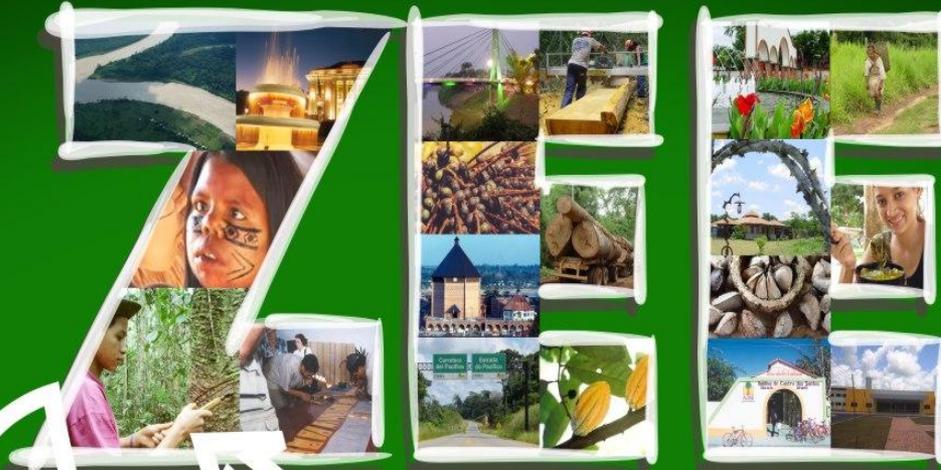
Evolução do Desmatamento anual



Evolução da População Acreana

Projeção do IBGE para 2020:
886 mil habitantes



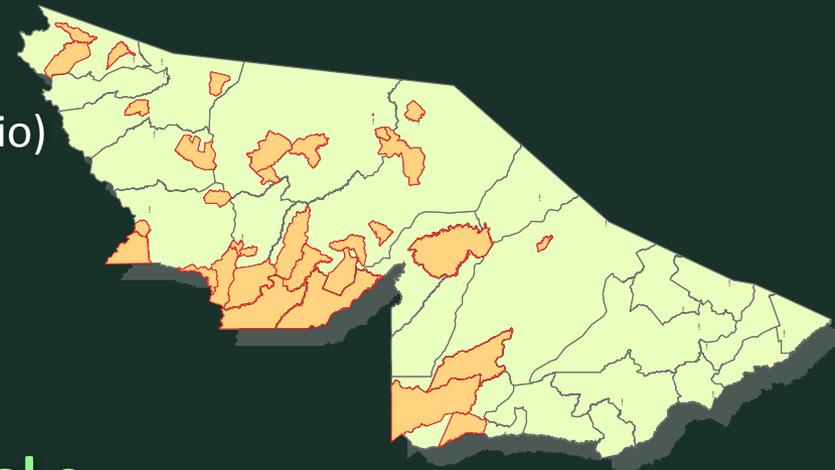


**Plano de Valorização
do Ativo Ambiental**

**Plano de
desenvolvimento
territorial**

Terras Indígenas

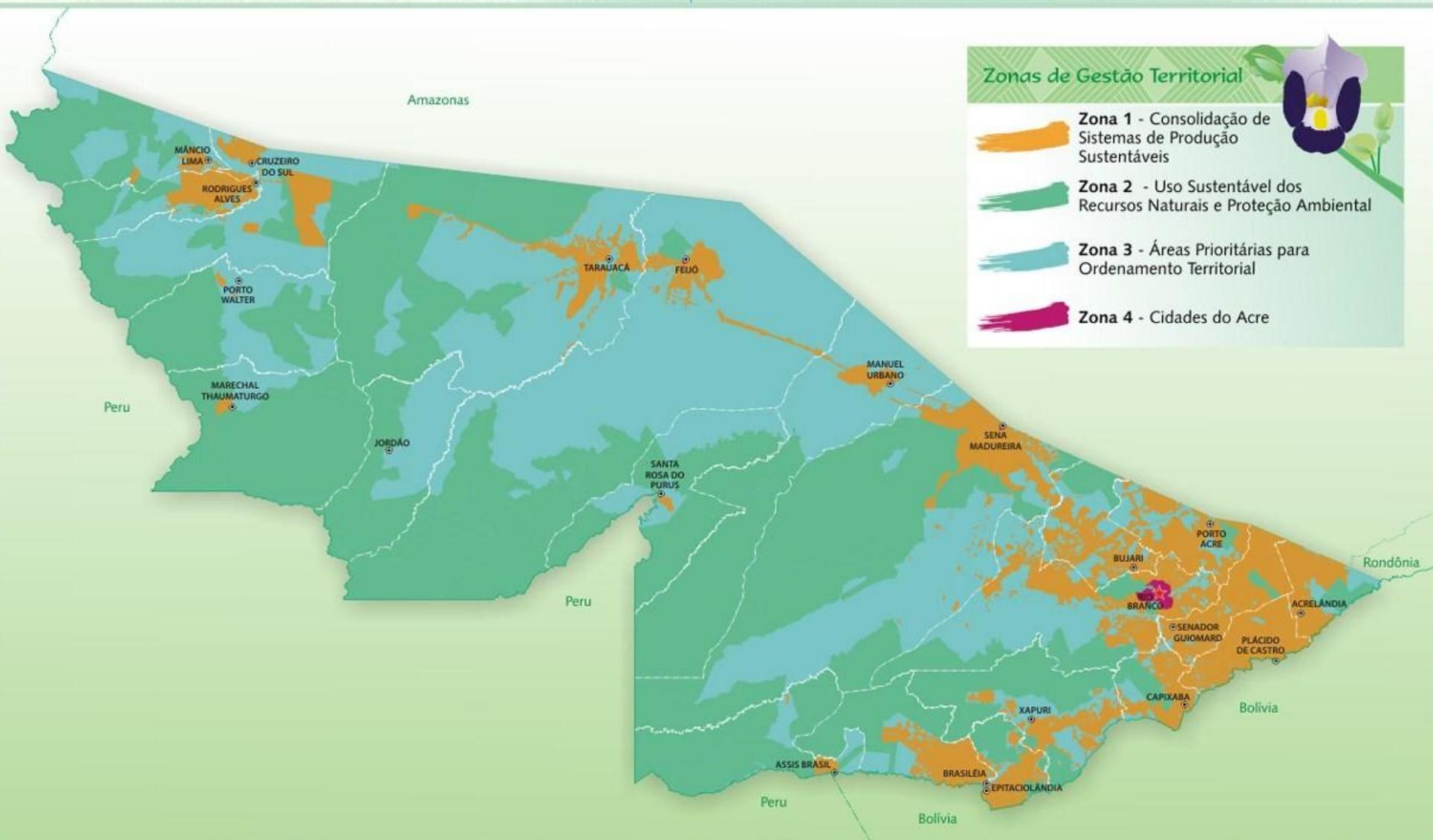
- 2.390.112 ha (16% território)
- 11.442 pessoas
- 14 povos



UCs de Proteção Integral e Uso Sustentável

- 5.255.072 ha (32% território)
- 30.512 seringueiros





Gestão Territorial do Estado




ANO
Chico Mendes
2008
vive!



POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO ATIVO AMBIENTAL FLORESTAL

Secretarias da Área de Desenvolvimento Sustentável

SEGOV | SEAP | IDAF | SDCT | FUNTAC | IDM | SEMA | IMAC | ITERACRE | SEF | SEAPROF

SECOM | SAI | PGE | MPE

ASIMMANEJO | FAEAC | FETACRE



Valorização do Ativo Ambiental

Programa de recuperação de áreas alteradas

Projeto de Reflorestamento (Floresta Plantada)

- Floresta de dendê
- Floresta de Seringueira
- Floresta energética
- Floresta Industrial

Projeto de Recomposição de áreas alteradas

- Mecaniza
- Roçado Sustentável
- Bacia leiteira

Programa do ativo florestal

Projeto de Regularização do Passivo

- Planejamento da Propriedade
- Licença Ambiental Rural
- Fortalecimento de Cadeias Produtivas

Projeto de Certificação da Propriedade

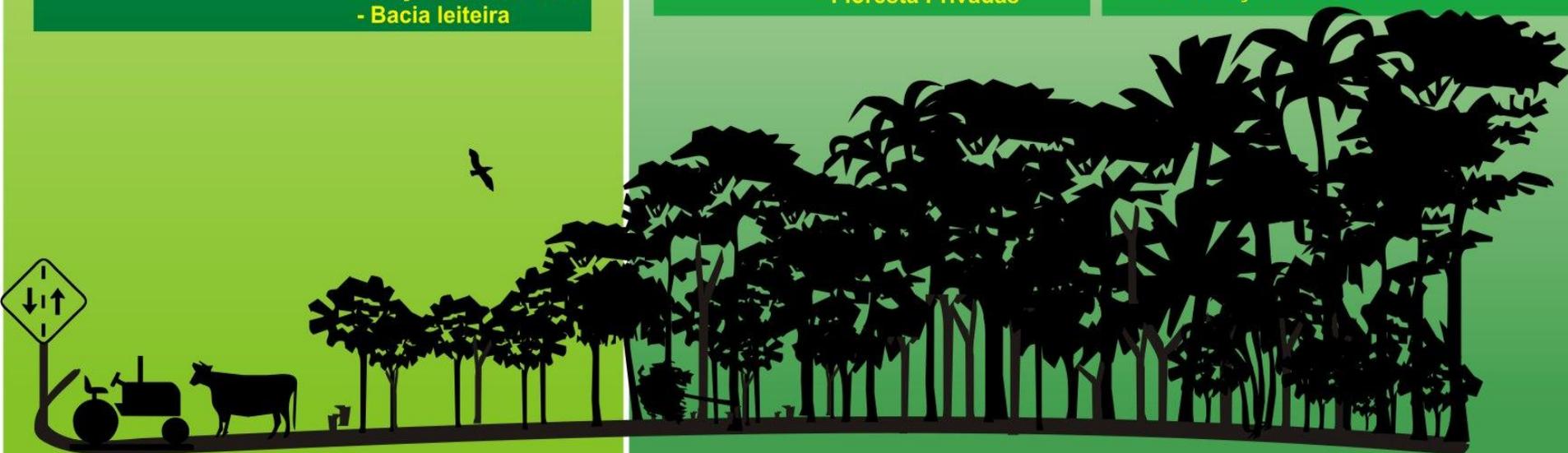
- Certificação da Propriedade
- Certidão Ambiental Rural
- Desenvolvimento de Cadeias Produtivas

Projeto de Gestão de Florestas

- Florestas Públicas
- Floresta Comunitárias
- Floresta Privadas

Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais

- Subsídios aos Produtos Florestais
- Bônus; REDD+; ICMS Verde
- Serviços ecossistêmicos



Agricultura e
Pecuária intensiva

Propriedades
Agroflorestais

Manejo Florestal
de Uso Múltiplo

Manejo Florestal de
produtos não-madeireiros

Proteção Integral



**Plano Estadual de Prevenção e
Controle dos Desmatamentos do
Acre**

Eixos do PPCD-AC

Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos na Amazônia

PLANO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DOS DESMATAMENTOS DO ACRE

Pró-Município

Ordenamento Territorial e Fundiário

Cadeias Produtivas Agroflorestais e Práticas Sustentáveis

Monitoramento, Controle e Fiscalização

Formação e Educação Ambiental

- Gestão Territorial Integrada da BR 364
- Regularização Fundiária

- Pagamento por Serviços Ambientais (ICMS Verde, carbono e água)
- Certificação da Propriedade Rural Sustentável

- Regularização do Passivo Florestal

Pesquisa e Tecnologia

- Plano Estadual de Recursos Hídricos
- Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas PLERH

- Recuperação de Áreas Alteradas (Rochados Sustentáveis e Mecanização)

- Modernização do Sistema de Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização

Gestão de Informação

- Implementação do ZEE (Ordenamento Territorial Local, Zona Especial de Desenvolvimento e Zona de Atendimento Prioritário)

- Florestas Plantadas
- Manejo Florestal de Uso Múltiplo
- Fomento a Agroindústria
- Rede de ATER
- Infraestrutura de Produção (ramais)
- Crédito e Comercialização

- Ação Integrada de Controle Ambiental

Arcabouço Legal

- Regularização Ambiental dos Projetos de Reforma Agrária

- Gestão de Riscos (desmatamento e queimadas)

O Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais



ENERGIA :

- Geração e consumo
- Indústria
- Transporte
- Resíduos Sólidos

DESMATAMENTO

PPCD

REDD+



PROJETO DE PAGAMENTO POR SERVIÇO AMBIENTAL FRAÇÃO CARBONO

DIRETRIZES BÁSICAS

Beneficiários do Serviço Ambiental

Tipo de Serviço	O Dono	O Estado	O país	O Planeta Terra
FIXAÇÃO E RETENÇÃO DE CARBONO				
AGUA PARA DIFERENTES USOS				
BELEZA CÊNICA				
BIODIVERSIDADE				
PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL				

Objetivos



Três esferas de atividades para provisão de serviços ambientais do território.



do Território
Uso Sustentável

Esquema representativo do fluxo de Incentivos aos Serviços Ambientais



PRINCIPIOS DO PROJETO DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS - CARBONO

Inclusão de todas as florestas (unidades de conservação, terras indígenas, projetos de assentamento e propriedades privadas) a fim de beneficiar todos os grupos sociais detentores e proprietários de floresta e, também, a compensação da conservação florestal histórica por povos indígenas e comunidades tradicionais.

Desenvolvimento de mecanismos que incentivem a provisão de serviços ambientais no curto prazo em função das incertezas quanto aos fluxos financeiros relacionados a pagamentos por serviços ambientais em âmbito global.

Quantificação das estimativas de emissões de carbono por desmatamento com precisão e acurácia em diferentes escalas.

Transparência e eficácia na gestão do programa e na captação e destinação de recursos financeiros.

Estabelecimento de um arranjo de governança que contemple a participação dos atores envolvidos no acompanhamento e avaliação do processo de implementação.

Diretrizes para os Mecanismos de Incentivos aos Serviços Ambientais

Proporcionar renda

Respeito e Fortalecimento às culturas das populações envolvidas.

A adesão ao projeto deve ser voluntário

Ações de adaptação e mitigação devem considerar os instrumentos de gestão de território

Mecanismos voltados a custear (parcial ou integralmente) o investimento para a provisão do serviço.

Mecanismos devem incentivar e premiar atitudes e resultados associados a provisão do serviço.

Recursos gerados com a provisão dos serviços ambientais devem ser destinados prioritariamente para os provedores do serviço.

Quando o serviço ambiental for comercializado o provedor do serviço será remunerado conforme seu desempenho na provisão do serviço ambiental, através de mecanismos de pagamento por serviços ambientais (PSA).

Ações estruturantes fundamentais para acesso aos mecanismos de Incentivos aos Serviços Ambientais

Instrumentos de gestão de território e propriedade rural elaborados

- PDC – Plano de Desenvolvimento Comunitário – elaborados para Reservas Extrativistas e Projetos de Assentamento
- PGTI - Plano de Gestão de Terras Indígenas
- PCPS - Planos de Certificação das Unidades Produtivas Sustentáveis - voltados para a propriedade familiar privada
- PRP – Plano de regularização do passivo ambiental – voltado para grandes propriedades

Serviços disponíveis no âmbito de área prioritária

- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para todas as populações nas Áreas Prioritárias
- Mobilização, comunicação e fortalecimento da organização comunitária
- Fortalecimento de Planos de Gestão de Risco em nível municipal voltado a ao controle do uso do fogo e controle dos desmatamentos

Mecanismos de Incentivos aos Serviços Ambientais para Manejo Florestal e Conservação

Incentivos aos Serviços Ambientais oriundos de redução de emissões

- Mecanismos de Custeio
- Mecanismos de Prêmio

Incentivos aos Serviços Ambientais para Manejo Florestal e Conservação

- Mecanismos de Custeio
- Mecanismos de Prêmio

Incentivos aos Serviços Ambientais para Reflorestamento

- Mecanismos de Custeio
- Mecanismos de Prêmio

Mecanismos de Incentivos aos Serviços Ambientais oriundos de redução de emissões

- Este grupo de mecanismos visa a redução do desmatamento e degradação em florestas ameaçadas pela fronteira agrícola.

Mecanismo de Custeio

- 1. Custeio parcial de implantação de atividades produtivas do PCPS
- 2. Serviços para elaboração do PCPS em propriedades privadas maiores que 400 ha

Mecanismos de Prêmio

- 1. Bônus Produtor Certificado

Mecanismos de Incentivos aos Serviços Ambientais para Manejo Florestal e Conservação

- **Este grupo de mecanismos visa a conservação do estoque de florestas e provisão de serviços ambientais no longo prazo.**

Mecanismo de Custeio

- Vigilância comunitária do Território
- Apoio a Projetos de Uso Múltiplo da Floresta
- Apoio a Projetos de Segurança Alimentar

Mecanismos de Prêmio

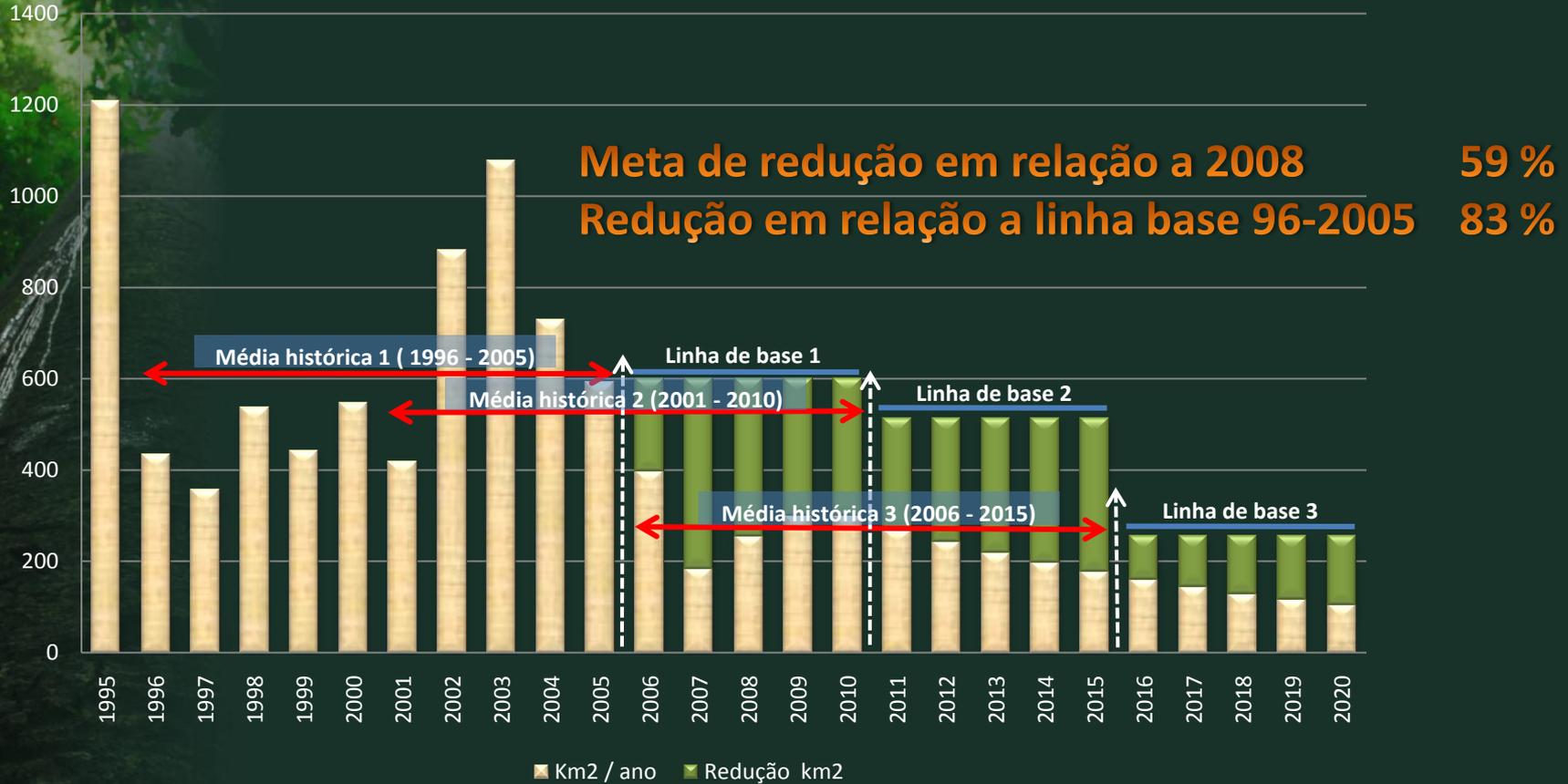
- Apoio a Projetos de Valorização da Cultura e do Conhecimento Tradicional

Mecanismos de Incentivos aos Serviços Ambientais para Reflorestamento

- **Visa prover serviços ambientais associados ao seqüestro de carbono da atmosfera através do estabelecimento de sistemas produtivos florestais com finalidade ecológica, energética e econômica.**

Este mecanismo está voltado a disponibilização de insumos como mudas e corretivos de solo necessários para a implantação de plantios florestais e agroflorestais.

Metas de redução

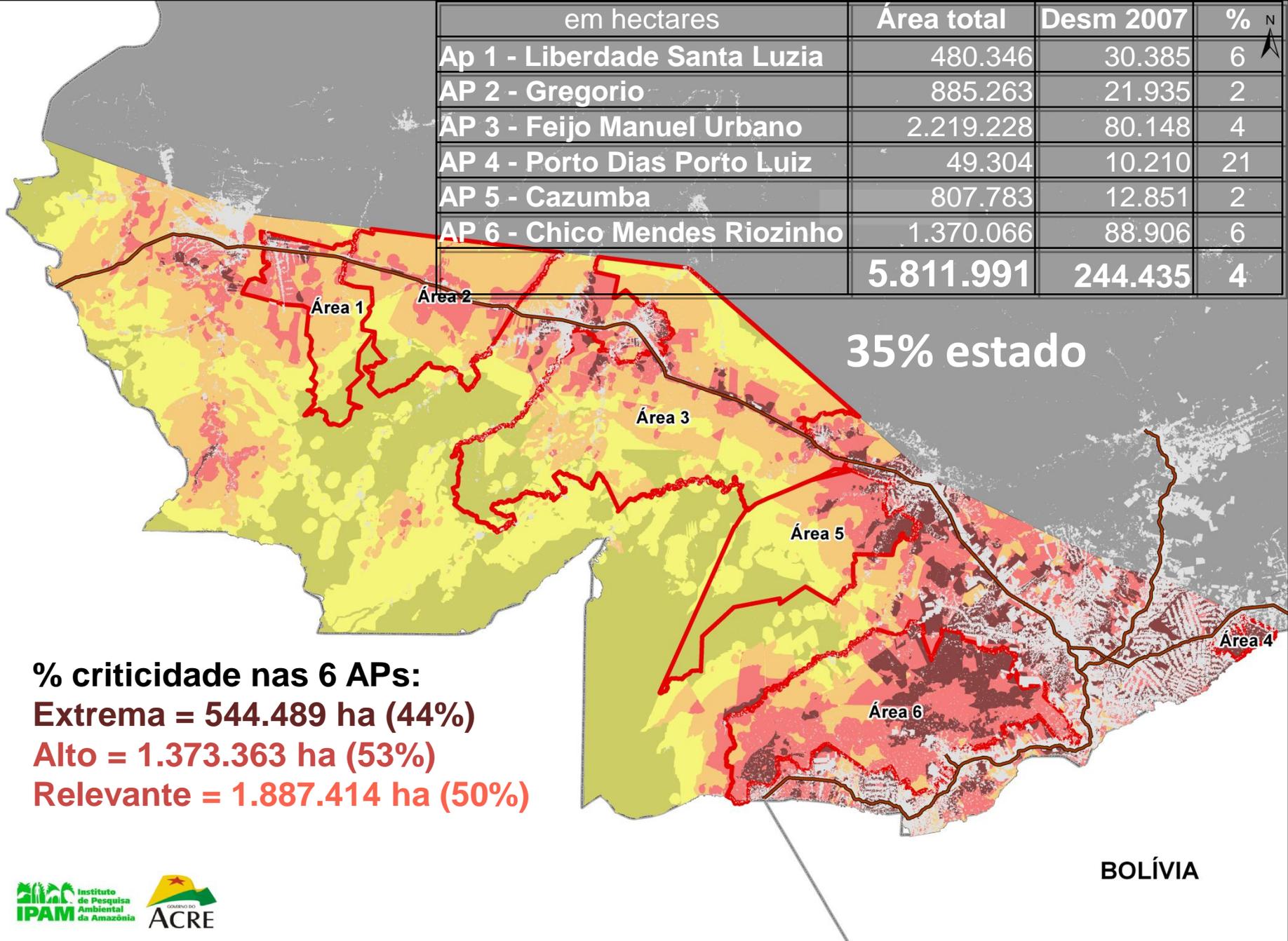


Variáveis	2006-2010	2011-2015	2016-2020	TOTAL
Linha Base (km²)	602	514	255	
Meta Desmatamento (km²)	1.438	1.108	655	3.200
Desmatamento evitado (km²)	1.570	1.460	618	3.649
Emissões Evitadas (tCO²)	57.462.000	53.447.302	22.635.166	133.544.468



POR ONDE COMEÇAR?

em hectares	Área total	Desm 2007	%
Ap 1 - Liberdade Santa Luzia	480.346	30.385	6
AP 2 - Gregorio	885.263	21.935	2
AP 3 - Feijo Manuel Urbano	2.219.228	80.148	4
AP 4 - Porto Dias Porto Luiz	49.304	10.210	21
AP 5 - Cazumba	807.783	12.851	2
AP 6 - Chico Mendes Riozinho	1.370.066	88.906	6
	5.811.991	244.435	4

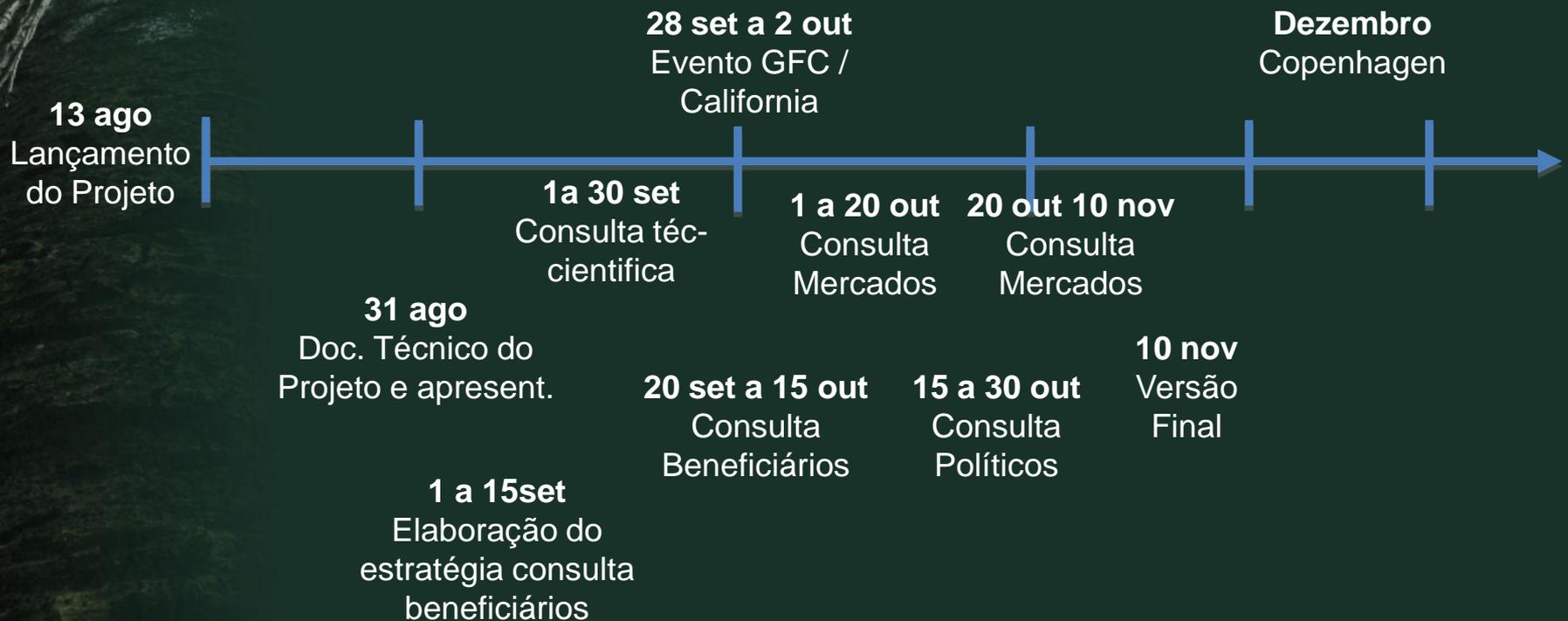


% criticidade nas 6 APs:
Extrema = 544.489 ha (44%)
Alto = 1.373.363 ha (53%)
Relevante = 1.887.414 ha (50%)

BOLÍVIA

Como acompanhar e participar na construção do Projeto PSA Carbono

Resumo do Projeto – diretrizes entregue ao público na quinta dia 13 agosto (<http://www.ac.gov.br>)



Estrutura de Governança

Níveis de governança	Denominação
Instância de Supervisão e controle	<ol style="list-style-type: none">1. Coletivo dos 3 Conselhos de Meio Ambiente e Produção (CFE, CEMACT, CDRFS)2. Comitê Científico do Programa de Carbono Florestal
Instância de Coordenação	<p>Entre níveis de Governo</p> <ol style="list-style-type: none">1. Comissão Tripartite2. Núcleo Estratégico de Combate ao Desmatamento3. Comissão Estadual de Gestão de Riscos <p>Dentro do Governo do Estado</p> <ol style="list-style-type: none">4. Comitê Gestor da Política de Valorização do Ativo <p>Com a Sociedade</p> <ol style="list-style-type: none">5. Comissão de Acompanhamento nas Áreas Prioritárias
Unidade reguladora	<ol style="list-style-type: none">1. SEMA através do Departamento de Mudanças Globais2. Central de Registro de Emissões de Carbono do Estado do Acre
Unidade de monitoramento	UCEGEO
Instâncias de implementação	<ol style="list-style-type: none">1A. Fundo Ativo Florestal1B. Fundo Florestal2. Rede de ATER3. Unidade Executora do Programa de Certificação da Propriedade Rural Sustentável4. IMAC5. Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Atividades em Curso

- Fórum de Governadores da Amazônia;
- Conferência de Governadores sobre Clima Global;
- Proposta do Governo do Acre para o Fundo Amazônia;

Fórum de Governadores da Amazônia

- V Fórum de Governadores da Amazônia;
 - Palmas-TO, 26 de junho de 2006;
- Carta dos Governadores
 - A criação imediata de grupo de trabalho composto pelos Ministérios de Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Assuntos Estratégicos, em conjunto com os nove estados da Amazônia, para rever a posição brasileira e elaborar proposta para remuneração por serviços ambientais, em conformidade com os seguintes fundamentos: i) os pagamentos devem ser destinados aos titulares das terras; ii) o conhecimento científico e a capacidade de monitoramento são suficientes para alcançar os patamares de transparência da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças do Clima - UNFCCC; iii) mecanismos flexíveis são cruciais para gerar benefícios para áreas de alta de baixa pressão de desmatamento.
- Força Tarefa sobre REDD e mudanças climáticas



GOVERNORS'

GLOBAL CLIMATE SUMMIT

FINDING SOLUTIONS THROUGH REGIONAL & GLOBAL ACTION

hosted by Governor Arnold Schwarzenegger

and co-hosted by U.S. Governors taking the lead in Climate Change

ESPAÑOL

PORTUGUÊS

中文

HOME

AGENDA

SUMMIT OVERVIEW

REGISTRATION

Background on the Governors' Global Climate Summit

Introduction & Context

In 2007, the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) released its periodic update on the state of knowledge on climate change. There is scientific consensus that the planet is close to a "tipping point", where continued growth in atmospheric concentrations of greenhouse gases (GHGs) will result in successively larger disruptions of global biogeochemical, ecological, economic and social systems. The development of a strong action plan and a global consensus around a post-Kyoto climate accord will be critical if the world hopes to avoid the most catastrophic impacts from climate change.

At the Conference of the Parties in Bali in December, 2007, the "Bali Roadmap" was agreed upon as a path to develop a comprehensive global plan for a post-Kyoto climate accord. The prevailing sentiment at the Bali meeting was that this accord should respect development needs in poorer nations, engage both industrialized and industrializing nations, and work toward reducing greenhouse gas emissions by 50% or more by mid-century.

The first commitment period under the Kyoto Protocol expires in 2012, and nations are now discussing what commitments should be made post-2012. Because of the time required for ratification by participating governments, the goal of these nations is to conclude a new agreement by the end of 2009, when they will meet at the fifteenth Conference of the Parties in Copenhagen, Denmark.

Despite the U.S. federal government's current inaction, many US states are, in fact, taking concrete steps to reduce greenhouse gas emissions. More than half of the states now have (or are completing) comprehensive climate action plans that align them with the level of effort expected of industrialized nations under the Kyoto Protocol. These states have formed three regional cap-and-trade alliances, and US trading in GHG credits will begin as early as the third quarter of 2008 under mandatory/enforceable limits on emissions. These "leadership states" have also coordinated with the cap-and-trade system in Europe through an agreement reached in late 2007, forming the International Carbon Action Partnership.

Conferência de Governadores sobre Clima Global

- I Conferência de Governadores sobre Clima Global;
 - Califórnia, USA;
 - 18 de novembro de 2008;
- Memorando de entendimento;
 - Estados Unidos - Califórnia, Illinois e Wisconsin;
 - Brasil - Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Pará;
 - Indonésias - Aceh e Papua;
- Grupo de Trabalho dos Governadores sobre o Clima e as Florestas;
 - I Reunião em Belém, 18 a 19 de junho de 2009;
 - II Reunião na Califórnia, USA, 28 a 29 de Setembro de 2009.

GOVERNORS'
GLOBAL
CLIMATE SUMMIT 2
ON THE ROAD TO COPENHAGEN

Join global experts from government, business, non-profit & other global organizations. Be a part of this global effort to combat climate change.

[View confirmed global climate leaders attending this conference, including...](#)

[HOME](#) | [AGENDA](#) | [SUMMIT INFO](#) | [RESOURCES](#) | [NEWSROOM](#) | [TRAVEL](#) | [SPONSORS](#) | [SHOWCASE EXHIBITORS](#) | [CONTACT](#) | [REGISTRATION](#)



Please join me, other U.S. Governors and subnational leaders at the

2009 Governors' Global Climate Summit 2
— on the Road to Copenhagen.

Following up on last years successful Summit, we will continue to expand our network of subnational collaboration to stimulate economic growth, reduce our dependence on fossil fuels, create green jobs, promote clean energy solutions, and reduce greenhouse gas pollution.

We will continue to build upon partnerships with other states and subnational governments throughout the world. Join government leaders, business executives, organization heads and the scientific community... all representing a group of dedicated stewards of the environment coming together to find lasting solutions to global climate change.

GOVERNORS'



GLOBAL
CLIMATE SUMMIT 2
ON THE ROAD TO COPENHAGEN

*Co-hosted by Governor Arnold Schwarzenegger,
Governor Jim Doyle of Wisconsin,
Governor Jennifer Granholm of Michigan and
Governor M. Jodi Rell of Connecticut;*

*In partnership with the
United Nations Development Programme &
United Nations Environment Programme.*

THE HYATT REGENCY CENTURY PLAZA
Los Angeles, California

SEPTEMBER 30 – OCTOBER 2, 2009

[News and Resources](#)

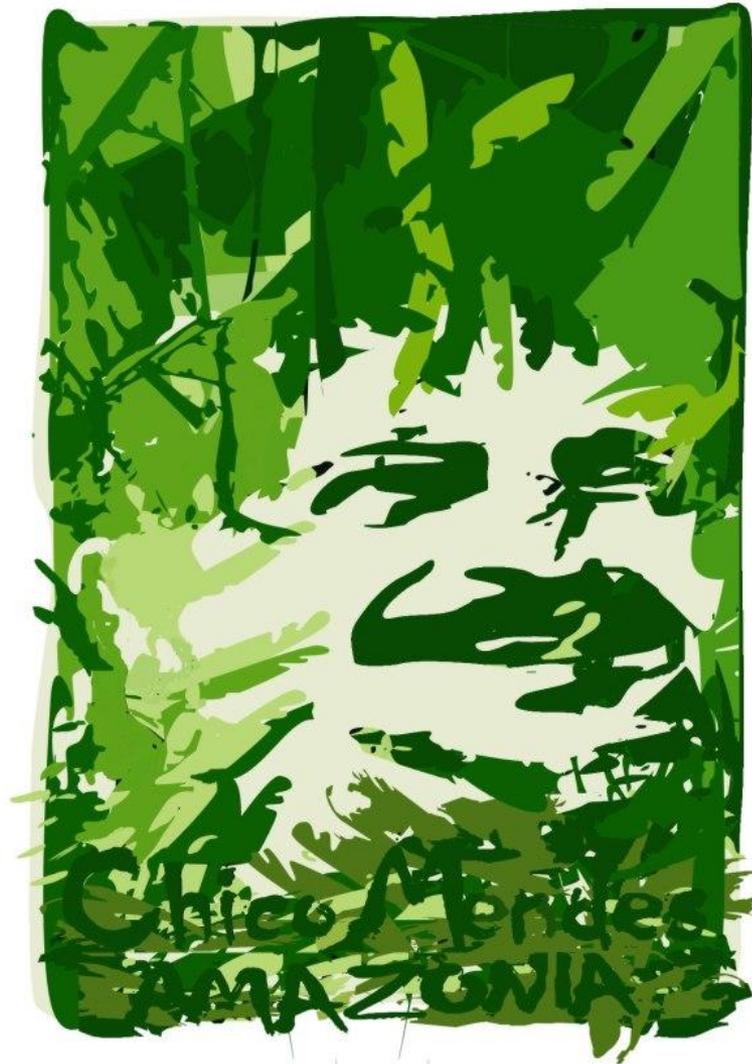
Proposta do Governo do Acre para o Fundo Amazônia

- Focada na Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal do Acre;
 - Certificação da Unidade Produtiva – Bônus;
- Implementação de Projetos Comunitários;
 - Planos de Desenvolvimento Comunitário;
 - Plano de Gestão Territorial Indígena;
 - PCPS - Planos de Certificação das Unidades Produtivas Sustentáveis - voltados para a propriedade familiar privada;
 - PRP – Plano de regularização do passivo ambiental – voltado para grandes propriedades;
- Fortalecimento Institucional;
 - UCEGEO, IMAC, SEF.
 - D

“Como desenvolver protegendo e como proteger desenvolvendo?”

Marina Silva, 2009





Obrigado!



The Woods Hole Research Center
whrc.org

